

O cerco aos Waimiri-Atroari

As garantias legais das terras dos Waimiri/Atroari sofreram, recentemente, um grave retrocesso. O presidente João Figueiredo assinou no dia 23 de novembro de 1981 o decreto de n.º 86.630, que revogou todos os instrumentos legais anteriores sobre as terras desses índios. O decreto retirou 31% da área que já havia sido reservada e transformou o restante em área temporariamente interditada, ou seja, não existe mais reserva indígena e as terras podem ser utilizadas a qualquer momento para outros fins.

As terras dos Waimiri/Atroari atualmente fazem parte dos municípios de Presidente Figueiredo (a maior área) e Moura, no Estado do Amazonas, e Caracará, em Roraima. A primeira demarcação ocorreu nos tempos do antigo SPI — Serviço de Proteção ao Índio (depois FUNTI). O órgão protecionista ofi-

cial demarcou uma área de 50 quilômetros ao longo do rio Jauaperi; em 1945 demarcou a ilha Jacaré, em pleno Rio Negro, medidas que nunca foram reconhecidas pela sociedade envolvente, além do fato de que a referida ilha permanece inundada a maior parte do ano.

A RESERVA. Em 1971, o presidente Emílio Médici criou, por meio do decreto n.º 68.907, a Reserva Waimiri/Atroari, que totalizava 1.611.900 hectares. Isto já significava uma redução de 75% do território tradicional indígena, além do mais, o documento estipulou um prazo de dois anos para "redução da área reservada, desde que julgada excessiva às necessidades dos índios que a ocupam".

Os 75% de estrangulamento da Reserva foi articulado, evidentemente, em função da Estrada BR-174, que logo cortou a área.

Como o decreto que criou a Reserva deixou de fora um bom número de aldeias, o problema foi em parte solucionado mediante os decretos presidenciais n.º 74.463/74, e n.º 75.310/75 e pela portaria da FUNTI de n.º 511/78, interditando três áreas, totalizando 704.900 hectares. Vale ressaltar que, pela lei n.º 6.001 (Estatuto do Índio), área interditada é uma área que está em estudo, podendo ou não passar à Reserva Indígena.

Finalmente, o presidente Figueiredo assinou o decreto número 86.630, que revoga todos os instrumentos legais anteriores e muda o "status" jurídico de toda a terra Waimiri/Atroari. Desmembra 536.800 hectares da reserva indígena, permitindo dessa forma os trabalhos de mineração do grupo Parapanema e a implantação da Hi-

drelétrica de Balbina. Transforma o restante da Reserva e as três áreas interditadas em "áreas temporariamente interditadas".

A lei, como instrumento de defesa popular, foge ao domínio dos povos Waimiri/Atroari. Eles se organizam com base na vida de comunidade, sem leis escritas. Não participam e não tem o mínimo acesso e conhecimento da burocracia a respeito dos seus territórios.

Por outro lado, a população nacional, sensível a esse instrumento, tornou-se mera especuladora das violações da legislação pró-Waimiri/Atroari. Primeiro, porque essas violações foram consumadas no seio da burocracia inacessível. Segundo, porque as migalhas com que a população nacional foi favorecida com tais violações a cegaram e neutralizaram qualquer solidariedade para com os Waimiri/Atroari.

Um movimento de apoio

A partir de 1968, por meio do Plano de Integração Nacional, o governo brasileiro lançou uma ofensiva global contra a terra e os povos Waimiri/Atroari, assim como aos demais povos indígenas da Amazônia. Essa ofensiva se caracteriza por uma crescente violência contra esses indígenas, trazida pela implantação de inúmeros projetos de infraestrutura (estradas, hidroelétricas, etc.) de colonização de empresas agropecuárias e mineradoras.

O Movimento de Apoio à Resistência Waimiri/Atroari surge no momento em que novas investidas do programa oficial, como a inundação da maior parte do território indígena pelo reservatório da hidrelétrica de Balbina e o retalhamento do restante para mineradores, ameaça em definitivo os dois povos.

Esse movimento nasceu na assembléia regional do Conselho Indigenista Missionário-CIMI/Norte I, realizado em Borba, no mês de janeiro último. Para articular o movimento foi escolhido por D. Jorge Marskell, Bispo de Itacoatiara, AM, com o aval da assembléia, uma equipe composta das seguintes pessoas: Ezequias Heringer, Ana Lange, Emanuelle Amódio, Dorotj A. Muller e Egidio Schade.

Então, em vista da situação atual

que os Waimiri/Atroari enfrentam, como a ocupação militar de seu território o controle, pela Funai da organização do seu povo a entrega internacional e sistemática do seu território imemorial ao empresariado nacional e multinacional, é necessário que se dê apoio:

— A sua luta pela sobrevivência física e étnica

— A criação na sociedade nacional de um novo ambiente de contato que corresponda aos anseios de paz e tranquilidade desses dois povos.

O Movimento de Apoio à Resistência Waimiri/Atroari sugere que em todas as manifestações públicas seja dada oportunidade ao povo de apresentar sugestões a respeito da questão que sejam enviadas também cartas ou telegramas de protesto contra a política genocida que está sendo aplicada contra esses povos e de solidariedade à resistência desses índios. Que sejam endereçadas mensagens à presidência da República, Funai e Ministério do Interior, órgãos com determinantes em relação à causa indígena.

O Movimento tem sede na Caixa Postal 66 — Itacoatiara — AM — CEP 69100 ou: Caixa Postal 984-69.000 — Amazonas-AM.

— Para os índios a terra é sagrada. Aonde está a terra? E o direito do índio? Se os brancos aprendessem os costumes do índio não haveria tantos problemas no Brasil, como está acontecendo hoje. Ninguém se interessa pelos problemas do índio. Todo mundo aprende a falar inglês, alemão, mas não se interessa pela língua do índio. O índio não é brasileiro, ele é nacional. Quando descobriram o Brasil ele já estava aqui.

Falou sobre aqueles que falam "em nome do índio":

— Cito o Orlando Vilas-Boas, que fala sempre em nosso nome. O que ele faz? Ganhou avião do estrangeiro. Vai à televisão. Fala sempre em nome do índio. Mas é um traidor. Está destruindo a vida dos índios do Xingu para vender a terra para os brancos. Se intitula o "pai do índio" pela televisão.

Citou a violência contra o índio:

— Na Bahia o próprio governo federal está entregando a terra dos índios para as empresas estrangeiras. O Brasil já não é nosso. Sou xavante vizinho onde um padre foi morto (Rodolfo Luberkhein) junto com o índio Simão. Até agora a Funai não tomou conhecimento. No Paraná mataram Angelo Crestá. No Maranhão a PM tirou tripa do índio e jogou no rio. No Maceió houve violência contra o índio. Onde está a Funai, onde está o "paizinho"?

Sobre a sua candidatura a deputado federal:

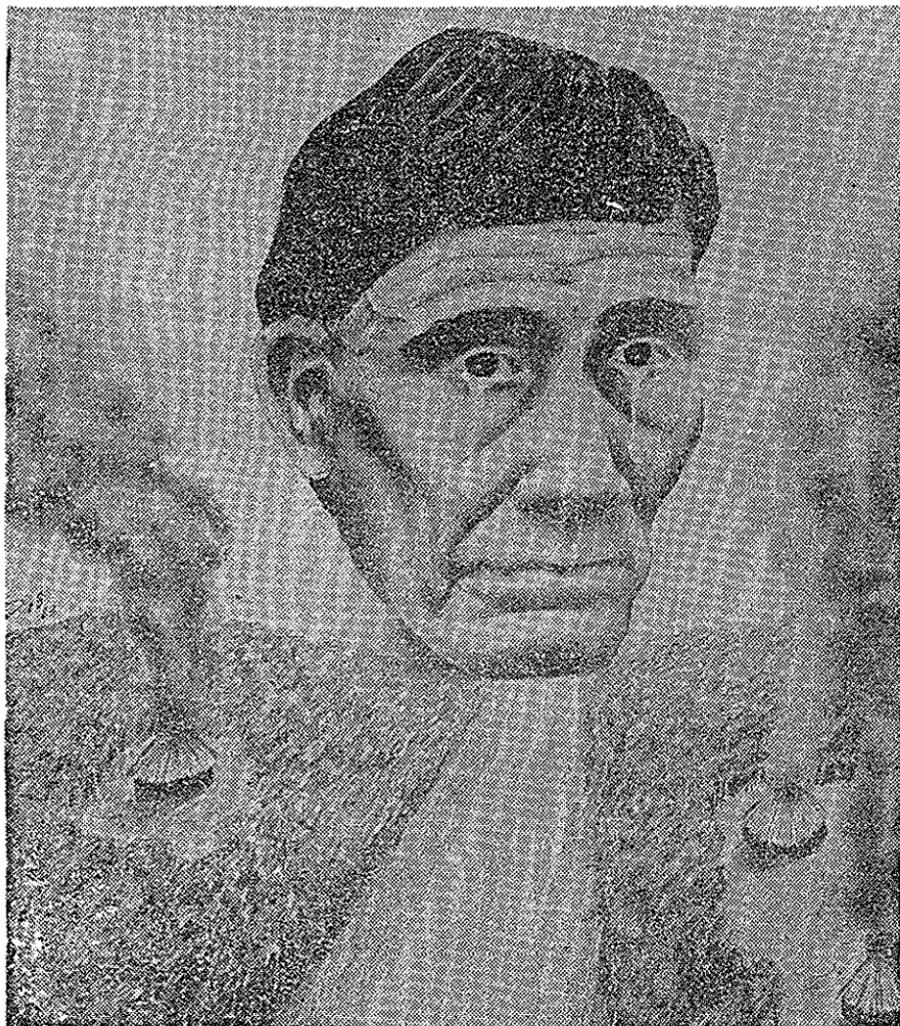
— Por tudo isso venho lutando para modificar o Brasil. Dizem que índio não tem capacidade. Mas o branco do Rio de Janeiro acreditou. Falavam, o que é que o índio vai fazer na Câmara Federal? Eu pergunto, o que é que o branco resolveu aqui no Brasil? Quem assumiu o lado do índio foi Juruna. Como fruto da terra eu quero que o branco respeite o índio.

Quem invade a terra dos índios? Juruna responde:

— Quem invade a terra do índio é o governo do Estado, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária e a Fundação Nacional do Índio — FUNAI. Por isso é que tem briga. Quem tem culpa é o governo federal que está acabando com a nossa raça. Que está matando o povo brasileiro.

Em seguida, falou como deputado e como índio:

— Hoje sou deputado pelo Rio de Janeiro e assumo o compromisso com a nossa raça, com o povo brasileiro. Não fui atrás de emprego. Não fui atrás de apartamento. Isso não interessa. Nós podemos mudar o Brasil. Porque aqui não tem homens. O Brasil está comprometido com o estrangeiro, está entregando o nosso Brasil. O partido do governo, PDS, está acabando com a terra da gente e da liberdade do povo. É o partido do estrangeiro, não é do brasileiro. Aqui no Brasil não tem homem, porque se tivesse isso tudo já teria mudado. Nós somos o patrimônio do Brasil. Vamos quebrar esse regime. Porque se a gente deixar, vai ficando cada vez mais difícil.



Este é Maragcara, que comandou a resistência dos Waimiri/Atroari de 1968 a 1974 contra a recente guerra de extermínio movida pelo governo brasileiro, e nesta luta foi morto. Um símbolo de resistência.